Art. 2º São atribuições da Comissão de Processo Administrativo Eletrônico:
 I-Realizar a revisão do organograma da SESPÁ na plataforma Governo Digital;
 II-Definir os usuários e nível de acesso;
 III-Definir o treinamento de usuários multiplicadores;
 IV-Avaliar a implantação/atualização do sistema PAE e dar suporte aos setores;
 Art. 3º Compete a Gestora do PAE:
 I-Convocar os demais membros, sempre que necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da comissão;
 II-Abrir, presidir e encerrar as sessões da comissão, anunciando as deliberações tomadas;
 III-Resolver questões levantadas, verbalmente ou por escrito, quando forem de sua competência decisória;
 IV-Determinar a realização das diligências a SEPLAD, necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;
 V-Praticar os demais atos necessários ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;
 Art. 4º São atribuições do Co-Gestor da Comissão:
 I-Atender as convocações feitas pelo Gestor do PAE, participar das sessões e cumprir as determinações que compete a cada integrante da Comissão dentro do prazo estabelecido;
 II-Elaborar atas das sessões;
 III-Auxiliar o gestor em suas tarefas e atender às suas determinações que competem ao sistema PAE;
 Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor a contar da data de sua publicação, revogando a PORTARIA Nº 136, de 23 de janeiro de 2024.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Belém, 05 de fevereiro de 2024.
 IVETE GADELHA VAZ
 Secretária de Estado de Saúde Pública do Pará.

Protocolo: 1038793

PORTARIA Nº 163, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,
 CONSIDERANDO que a Administração Pública visa promover a regularidade e o seu aperfeiçoamento, velando pela observância dos princípios no art. 37 da Constituição Federal;
 CONSIDERANDO os termos estabelecidos na Portaria n. 840/2018 – GS de 04 de dezembro de 2018, que aprovou o Manual de Procedimentos da Gestão Mobiliária do Estado do Pará, destinado à orientação de gestores e servidores quanto aos processos de trabalho da área patrimonial mobiliária do Estado.
 CONSIDERANDO a necessidade de apuração e levantamento dos veículos inservíveis nos pátios das regionais de saúde e de alguns outros setores da SESPÁ, os quais devem ser vistoriados por equipe técnica para que seja dado o devido fim para o patrimônio;
 CONSIDERANDO os termos da Lei Estadual n. 6.555, de 3 de julho de 2003, que dispõe sobre a alienação por doação, para fins de uso de interesse exclusivamente social, de bens móveis considerados inservíveis, pelos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Estado do Pará, e dá outras providências, alterada pela Lei Estadual n. 8.690, de 19 de julho de 2018;
 CONSIDERANDO os termos estabelecidos no Decreto Estadual n. 2.157, de 06 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei n. 6.555, de 3 de julho de 2003;
 RESOLVE:
 Art. 1º - Constituir comissão para realizar o levantamento, a avaliação, reavaliação, classificação e baixa de todos os veículos, considerados como inservíveis, pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPÁ, definindo o destino a ser dado a esses bens.
 Art. 2º - Compete a referida comissão:
 - Cumprir as normas estabelecidas no Manual de Gestão do Patrimônio Mobiliário do Estado, disponível no site da SEPLAD – www.seplad.pa.gov.br;
 - Verificar a localização física de todos os veículos pertencentes à SESPÁ;
 - Emitir Laudo de Avaliação Técnica sobre a condição dos veículos;
 - Regularizar os veículos junto ao Órgão Competente;
 - Incluir a relação dos veículos, considerados como inservíveis, no Sistema de Patrimônio do Estado do Pará – SISPATWEB, para que sejam, consequentemente, baixados do acervo patrimonial da SESPÁ;
 - Atualizar o Termo de Responsabilidade, após a devida baixa do acervo patrimonial da SESPÁ;
 - Elaborar relatório de conclusão com indicação da destinação final a ser dada aos veículos considerados inservíveis;
 Art. 3º - Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, realizarem os trabalhos da referida comissão:

PRESIDENTE - Chefe de Patrimônio Mat.: 55207930/2, DIPAT	Carla Jaqueline Galo Menezes
MEMBRO - Chefe de Centro de Saúde- Mat.: 8400636/2, DIPAT	Creuza Melo dos Santos
MEMBRO - Ag. Administrativo- Mat.: 57197577/1, DIPAT	Raimundo Wagner Corrêa Silva
MEMBRO - Ag. Administrativo- Mat.: 57197563/1, DIPAT	Osmarino Vieira da Costa Júnior
MEMBRO - Agente de Portaria- Mat.: 57194316/1, DIPAT	Reinaldo Gomes do Sacramento
MEMBRO - Ag. Administrativo- Mat.: 5892100/3, STRAN;	Darling Ramon Nascimento Oliveira
MEMBRO - Ag. Administrativo- Mat.: 5959755/3, STRAN;	Felipe da Silva Rodrigues Monteiro
MEMBRO - Ag. Administrativo Mat.5160650/1, STRAN	Rosângela do Socorro Sampaio Pinheiro
MEMBRO - Ag. Administrativo - Mat.: 55208458/1, STRAN	Maria da Conceição Costa Alves

Art. 4º – As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas como exercício efetivo de suas funções institucionais, de caráter relevante, não remunerada.
 Art. 5º - Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 109/2023, publicada no DOE 35.272 de 31/01/2023.
 Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.
 GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.
 IVETE GADELHA VAZ
 SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
 (*) Republicada por ter sido publicada com incorreção no DOE Nº 35.705 de 06/02/2024.

Protocolo: 1038695

PORTARIA Nº 164, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre alteração de composição da Câmara Técnica de Nefrologia.
 A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando das atribuições legais que lhe são conferidas no artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, e;
 Considerando, a PORTARIA Nº 389, de 13 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC);
 Considerando o Plano Estadual de Atenção ao Portador de Doença Renal Crônica, aprovado pela Resolução CIB nº 113, de 21 de setembro de 2015;
 RESOLVE:
 Art. 1º - Alterar a composição da Câmara Técnica de Nefrologia, instituída pela PORTARIA Nº 1.071/GAB/SESPA de 23 de outubro de 2008 e da PORTARIA Nº 851, de 29/08/2018.
 Art. 2º - Instituir no âmbito desta Secretária, a Câmara Técnica de Nefrologia, em caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a implementação das ações e serviços de saúde voltados aos Portadores de Doenças Renais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as Portarias nº 389/GM/MS/2014, 1.675/2018 e as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 6/2017.
 Art. 3º - A Câmara Técnica de Nefrologia atuará sob a coordenação do Secretário Adjunto de Gestão de Políticas de Saúde.
 Art. 4º - Definir que será composto por 02 (dois) membros, titular e suplente, de cada uma das instituições, entidades e diretorias da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará a saber:
 a) Diretoria de Desenvolvimento de Acompanhamento dos Serviços de Saúde – DDASS/SESPA;
 b) Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde – DPAIS/SESPA;
 c) Diretoria de Vigilância em Saúde – DVS/SESPA;
 d) Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA;
 e) Conselho dos Secretários Municipais de Saúde – COSEMS/PA;
 f) Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN/Regional do Pará;
 g) Conselho Estadual de Saúde – CES/PA;
 h) Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Pará.
 Art. 5º - A Câmara Técnica deverá se reunir periodicamente, conforme cronograma previamente definido pela Coordenação Geral da mesma.
 Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
 Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Belém, 05 de fevereiro de 2024.
 IVETE GADELHA VAZ
 Secretária de Estado de Saúde Pública do Pará.

Protocolo: 1038690

PORTARIA Nº 115 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024

A Secretária de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de julho de 1997, publicado no DOE Nº 28.508/18.07.1997 e,
 CONSIDERANDO o teor do Processo nº E-2023/2022430.
 R E S O L V E:
 REVOGAR, a contar de 01.02.2024, os efeitos na Portaria Coletiva nº 549 de 26/08/2020, publicada no DOE nº 34.328 de 28/08/2020, que prorrogou a cessão para a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, da servidora GISLANIA PONTE FRANCES BRITO, matrícula nº 57221212/3, cargo MÉDICO, lotada na DIRETORIA OPERACIONAL.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 05.02.2024.
 IVETE GADELHA VAZ
 SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 1038666

PORTARIA Nº 15 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, conferidas por intermédio do Decreto publicado em 03 de julho de 2020 no DO 34.272, e PORTARIA Nº 335 de 03 de julho de 2020 publicado em 07 de julho de 2020 no DOE de nº 34.272 e,
 Considerando o que dispõe a Portaria de Consolidação nº 02/2017 no Capítulo V – Da Contratualização, em seu art. 23, item 5;
 Considerando a PORTARIA Nº 856 de 03 de setembro de 2018 publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.693 de 04 de setembro de 2018, sob o protocolo nº 357534, que constituiu a Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Contrato Assistencial nº 03/2018;
 Considerando a PORTARIA Nº 1.059 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.735 de 07 de novembro de 2018, sob o protocolo nº 380269, que alterou os membros da comissão de acompanhamento da Contratualização do Contrato Assistencial nº 03/2018;
 Considerando a PORTARIA Nº 706 de 10 de setembro de 2020 publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.341 de 11 de setembro de 2020, sob o protocolo nº 578909, que alterou os membros da comissão de acompanhamento da